



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Secretaria de Gestão de Pessoas

Plano de Retomada das Atividades Presenciais no TRES

Considerações sobre a segunda etapa da retomada - Sede do Tribunal

Em atenção à solicitação do Secretário de Gestão de Pessoas — para que fosse apresentada proposta para continuidade da retomada segura, gradual e controlada das atividades presenciais no TRE/SC —, a Seção de Saúde passa a tecer as seguintes considerações, a partir do exposto em reunião realizada em 14 de julho de 2021.

Decorridos cinquenta dias da primeira etapa da retomada, na qual houve o retorno de até 25% dos servidores por unidade, faz-se, a seguir, análise atualizada da situação da pandemia, da vacinação e da experiência obtida com os grupos em atividade presencial, a fim de embasar avaliação da viabilidade do retorno às atividades presenciais, no mês de agosto, de 25% a 50% dos servidores da Sede do Tribunal.

1. Número de novos casos de Covid-19 entre servidores e colaboradores

De acordo com o serviço médico da Seção de Saúde, de 1º de junho de 2021 – data de início da primeira etapa do retorno às atividades presenciais – até a data de hoje, foram registrados quatro novos casos confirmados de Covid-19 entre os servidores, sendo todos nas Zonas Eleitorais. Nenhum caso novo foi comunicado à Seção de Saúde por servidor da Sede do Tribunal.

Ressalta-se que, dos servidores das Zonas Eleitorais que apresentaram exame positivo para Covid-19 neste intervalo de datas, um estava em trabalho exclusivamente remoto, uma encontrava-se em licença gestante e dois em regime de trabalho misto.

2. Número de servidores vacinados

Segundo o *Vacinômetro* do TRE/SC, em 20 de julho, os números de servidores (do quadro de pessoal do TRE/SC, em exercício provisório, removidos para este Tribunal e auxiliares eleitorais, no total de 625 pessoas) vacinados eram de 380 com a primeira dose (60.8%) e 93 completamente imunizados (vacinados com a segunda dose ou com dose única), ou seja, 14.88%. Esses números podem estar aquém da realidade, já que o registro depende exclusivamente da iniciativa do servidor.

Frisa-se aqui que, apesar da eficácia geral descrita para cada vacina se referir ao esquema vacinal completo, ou seja, duas doses no caso da *CoronaVac*, *AstraZeneca* e *Pfizer*, e uma dose no caso da *Janssen*, todas as vacinas produzem certo grau de eficácia já na primeira dose, variável de acordo com a vacina e com o organismo de cada indivíduo. A segunda dose tem como objetivo obter uma resposta imunológica mais completa e duradoura.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Secretaria de Gestão de Pessoas

Portanto, mesmo que, por ora, 15% estejam com imunização completa, o fato de 60% dos servidores terem sido vacinados com a primeira dose é um fator bastante favorável.

Há também que se considerar que pessoas vacinadas acabam protegendo umas às outras, bem como pessoas que, por algum motivo, não se vacinaram. Isso acontece porque o vírus, em um ambiente com pessoas cujos sistemas imunológicos estejam preparados para combatê-lo, não encontra tanto espaço para se replicar e se espalhar.

3. Flexibilização crescente dos regramentos de combate à Covid-19 pelo governo estadual

A *Avaliação do Risco Potencial para Covid-19* divulgada pelo Governo do Estado, que visa orientar as ações relacionadas à contenção da pandemia em Santa Catarina, traz os níveis de risco calculados semanalmente a partir da combinação de 4 indicadores: Evento Sentinela, Transmissibilidade, Monitoramento e a Capacidade de Atenção.

O governo estadual leva em consideração as deliberações do Centro de Operações de Emergências em Saúde (COES) — que é um comitê formado por representantes de diversas que subsidia a tomada de decisão dos gestores na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências de saúde — para estabelecer as diretrizes sanitárias indicadas para o enfrentamento da Covid-19 nas diversas atividades. Ou seja, é com base no posicionamento do COES e na matriz de risco que o governo estadual emite decretos para o regramento do combate à Covid-19.

No dia 14 de julho de 2021, foi publicado pelo Governo de Santa Catarina o *Decreto n. 1.371*, com definições para o enfrentamento da Covid-19, que tem validade até quando durar o estado de calamidade pública, previsto para terminar em 31 de outubro.

Entre as definições do Decreto, estão a suspensão da limitação no horário de funcionamento dos serviços e o retorno presencial das atividades da Administração Pública do Estado, além de normativas para a realização de eventos de grande porte, com mais de 500 (quinhentos) participantes.

A flexibilização de regras ditada pelo novo Decreto demonstra que, de acordo com a avaliação do Governo Estadual, o controle da pandemia em Santa Catarina encontra-se em posição crescente e cada vez mais favorável.

4. Progresso da imunização no Estado de Santa Catarina e no Município de Florianópolis



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Secretaria de Gestão de Pessoas

Após aproximadamente seis meses do início da vacinação no Estado de Santa Catarina, é perceptível, apesar de os números de infectados ainda serem elevados, a queda dos de internações e óbitos por Covid-19, o que reflete o efeito da vacinação (que segue avançando).

O cenário da vacinação tem se mostrado bastante otimista, especialmente com o anúncio pelo Governo Estadual, no dia 7 de julho, de que pretende vacinar com a primeira dose todos os catarinenses maiores de 18 anos até o dia 31 de agosto.

O Município de Florianópolis, segundo o site *Covidômetro*, encontrava-se na faixa de risco laranja (grave) na data de 20 de julho, registrando 69,53% de ocupação dos leitos de UTI adulto. A Capital Catarinense está há 15 dias sem óbitos decorrentes do novo coronavírus. De acordo com a Prefeitura, o cenário é consequência do avanço da vacinação – 71,54% das pessoas com mais de 18 anos receberam pelo menos uma dose de imunizante e 28,48% encontram-se com o esquema vacinal completo. [**Nota: doses da Janssen são consideradas tanto para primeira dose quanto para esquema completo.*]

A vacinação por faixa etária em Florianópolis avança nos indivíduos de 38 anos de idade, na data de 20 de julho. Este dado é muito relevante ao se avaliar a nova etapa do retorno, visto que 94% do corpo funcional da Sede do TRE/SC enquadra-se na faixa etária que já teve oportunidade de se vacinar, seja com a primeira dose, seja a imunização completa (duas doses ou dose única).

5. Reambientação do grupo que retornou e amadurecimento dos servidores

A experiência obtida com os grupos em atividade presencial mostrou uma reambientação adequada dos servidores, resultado da absorção dos novos hábitos impostos pela pandemia, especialmente das medidas preventivas necessárias para minimizar os riscos de contágio da Covid-19 – ventilação dos ambientes, uso de máscaras, distanciamento físico e higiene das mãos –, sendo evidente o amadurecimento individual e coletivo, pessoal e institucional.

Sugestão para a segunda etapa da retomada

A partir dos aspectos elencados e comentados acima, especialmente em consonância com a flexibilização das regras sanitárias definidas pelo Governo Estadual, apresenta-se sugestão para a continuidade do retorno gradual, controlado e seguro dos servidores da Sede do TRE/SC ao ambiente físico de trabalho.

1. Manutenção dos requisitos básicos para o retorno



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Secretaria de Gestão de Pessoas

Dizem respeito ao preparo adequado do ambiente laboral e à permanente educação dos servidores quanto às regras de prevenção ao contágio:

- Distanciamento mínimo de 1,5 metros e idealmente de 2 metros entre as pessoas no ambiente laboral;
- Uso obrigatório, contínuo e correto de máscaras;
- Máxima circulação de ar natural possível nos ambientes;
- Estímulo à higiene frequente e correta das mãos (por lavagem ou fricção com álcool 70%).

2. Respeito ao protocolo para servidores que apresentem sintomas ou testem positivo para a Covid-19

No caso de algum servidor, durante o trabalho presencial, apresentar sintomas para a Covid-19, o mesmo protocolo já consolidado com as orientações da Seção de Saúde deve ser mantido:

O servidor deve permanecer em isolamento domiciliar até o resultado do exame para diagnóstico de Covid-19. Se o resultado for positivo, o isolamento domiciliar deve perdurar pelo prazo de 10 dias a partir da data da coleta do teste ou pelo prazo estipulado pelo médico no atestado, desde que tenham se passado pelo menos 24 horas sem febre, sem uso de antitérmicos e com melhora clínica.

Nesse período de isolamento domiciliar, se possível, o servidor deverá permanecer em trabalho remoto emergencial.

3. Forma do retorno nesta segunda etapa (servidores da Sede)

- Data prevista: 2 de agosto de 2021, segunda-feira;
- Quantitativo de servidores: mínimo de 25% e máximo de 50% dos servidores de cada unidade da Sede atuando em trabalho presencial;
- Definição de servidores que farão parte desta etapa: caberá aos gestores e titulares das Unidades;
- Forma de trabalho: a critério dos gestores/titulares, o trabalho poderá ser:
 - Integralmente presencial, em todos os dias úteis, de segunda a sexta-feira, com o cumprimento regular da jornada de trabalho; ou
 - Misto / híbrido, com retorno em determinados dias da semana (realizando rodízio entre os colegas de trabalho, mediante a disponibilidade de equipamentos de informática em cada local de trabalho) e complemento da jornada em atividades remotas/home office.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Secretaria de Gestão de Pessoas

- Da jornada de trabalho: a preferência é que as atividades sejam desenvolvidas no horário de expediente do Tribunal (das 13 às 19h), sendo que a jornada não deverá extrapolar a habitual – como regra geral, 6 (seis) horas diárias.

4. Próximas etapas do retorno às atividades presenciais

O início da próxima etapa do retorno deverá ser avaliado previamente pelo Gabinete de Crise, com base na evolução da pandemia e com a reambientação e experiência prática obtida com os grupos em atividade presencial.

Apesar dos aspectos favoráveis, salienta-se que o dinamismo da pandemia continua a exigir a reavaliação contínua da situação, e a qualquer momento poderá ser deliberada pelo Gabinete de Crise, a fim de subsidiar decisão da Administração, sugestão de retorno às atividades não-presenciais.

5. Respeito aos aspectos psicológicos, de saúde mental e de adaptação envolvidos no retorno dos servidores ao ambiente físico de trabalho

Da mesma forma que na etapa inicial, é importante que essa nova fase da retomada dos trabalhos presenciais aconteça de forma organizada e planejada, inclusive para minimizar impactos na saúde mental e nas questões práticas do cotidiano dos servidores

Por isso, sugere-se que seja mantida e até intensificada a atuação da Seção de Saúde no reforço às questões de saúde mental, além dos aspectos informativos sobre a doença, trabalho que já vem sendo realizado.

Florianópolis, 20 de julho de 2021.

Luciana Dallagnol Carlin
Analista Judiciário
Especialidade Odontologia

De acordo:

Luciane Soldateli
Coordenadora de Pessoal Substituta

De acordo:

Edmundo César Nunes
Secretário de Gestão de Pessoas